

Qualidades Primárias e Secundárias em Hume: o problema da objetividade¹

ANDREA CACHEL

(IFPR). *E-mail*: andreacachel@gmail.com

Resumo: A distinção entre qualidades primárias e secundárias é a tentativa de alguns filósofos modernos de manter a coerência de uma explicação causal para a objetividade das percepções. Segundo essa distinção, ainda que se deva reconhecer que certas qualidades são em si mesmas subjetivas, é necessário perceber que há qualidades objetivas, as quais garantem a correspondência entre os objetos externos e certos conteúdos mentais. A filosofia humeana, acompanhando em parte a filosofia de Berkeley, procura mostrar a falência dessa distinção e, mais do que isso, as suas consequências do ponto de vista da busca da resolução do problema da objetividade. Neste artigo pretendemos expor os argumentos de Hume, mostrando como ele aponta a incapacidade da razão de propor um sistema coeso acerca do problema do mundo exterior.

Palavras-chave: qualidades primárias e secundárias; objetos externos; razão; ceticismo..

Abstract: The distinction between primary and secondary qualities is the attempt made by some modern philosophers to maintain the coherence of a causal explanation to the objectivity of perceptions. According to this distinction, even if we should agree that certain qualities are subjective, it is necessary to realize that there are objective qualities, which guarantee the link between external objects and certain mental contents. Humean Philosophy, following to some extent Berkeley's philosophy, intends to show the failure of this distinction and, furthermore, its consequences by the point of view of the pursuit of a solution to the problem of objectivity. Our intention, in this article, is to present Hume's arguments, showing how he points to the incapacity of reason in proposing a cohesive system for the problem of the external world.

Keywords: primary and secondary qualities; external objects; reason; skepticism.

¹Este texto é uma adaptação de um dos capítulos da Dissertação de Mestrado em Filosofia, defendida na UFPR.

Assim como examina o sistema da filosofia antiga em relação aos corpos, Hume analisa, mais extensamente no *Tratado*, o modo pelo qual a filosofia moderna aborda o problema da objetividade. Se identifica a idéia de substância como o modo da filosofia antiga compreender o mundo externo, na filosofia moderna será a distinção entre qualidades primárias e secundárias que surge como peculiar à tentativa de justificar a crença nos corpos e, além disso, como um modo de tentar conciliar problemas científicos e filosóficos. Essa distinção estaria na base do sistema moderno proposto com relação ao mundo exterior e ao seu conhecimento, sistema que partiria do princípio – identificado como o fundamental da filosofia moderna – de que qualidades secundárias existiriam apenas na mente, embora causadas externamente. O que Hume pretende mostrar é, apoiado nas críticas de Berkeley à distinção entre qualidades primárias e secundárias, expostas tanto nos *Princípios como nos Diálogos*², e tendo como interlocutor mais direto Locke e o Ensaio, como essa filosofia pretende formular um sistema de explicação dos corpos inconsistente com o seu próprio princípio fundante e como isso os faz cair em ceticismo (HUME. 1978. pp.227-228). Para tanto, utiliza-se da argumentação, já empregada por Berkeley, segundo a qual qualidades primárias não podem ser concebidas sem as secundárias.

Hume inicia suas considerações por uma exposição do modo como compreende que o sistema moderno é estruturado. Segundo ele, a base e o ponto de partida do sistema seria o princípio concernente às qualidades secundárias, consistente na seguinte idéia: “cores, sons, gostos, aromas, quente e frio seriam apenas impressões na mente, derivadas das operações dos objetos externos, e sem qualquer semelhança com as qualidades nos objetos” (HUME. 1978. p.226). A filosofia moderna teria como fundamen-

²Embora a questão seja caracterizada, por Hume, como própria de toda filosofia moderna é com as idéias desenvolvidas por Locke no Ensaio bem como com as críticas a ele dirigidas por Berkeley, que o *Tratado* parece dialogar, como apontam alguns comentadores, como, por exemplo, BENNETT (1973, p. 89) e PITSON (1982, pp.128-130).

to, portanto, a opinião de que qualidades secundárias não são objetivas, conclusão que, segundo Hume, encontraria justificativa aceitável na constatação da variação nas impressões em determinadas situações, como aquelas apresentadas pela tradição cética (como diferenças no estado em que se encontra o sujeito que percebe o objeto, constituição de cada homem e situação e posição do objeto). A partir dessa constatação, a filosofia moderna criaria um sistema de explicação dos corpos com base em uma distinção entre as qualidades sensíveis. Da idealidade das qualidades secundárias distinguir-se-ia a realidade das qualidades primárias, ou seja, enquanto cores, sabores, sons, aromas, quente e frio, possuiriam existência apenas na mente ou seriam sem arquétipo nos objetos, as qualidades primárias, na descrição de Hume extensão, solidez e suas modificações – figura, movimento, coesão e gravidade³ – teriam existência nos corpos. Nas palavras do autor, as qualidades primárias seriam as únicas reais, das quais teríamos “uma idéia adequada” (HUME.1978. p.227). Mais do que isso, por serem compreendidas como representações de qualidades efetivamente existentes nos objetos, as idéias das qualidades primárias permitiriam uma noção da realidade. O sistema moderno entenderia que se poderia formar uma idéia

³Em Locke as qualidades primárias são solidez, extensão, forma, movimento/repouso e número. Alguns comentadores afirmam que as qualidades que Locke identifica como primárias variam de acordo com a passagem. Esse é o caso de ALEXANDER (1995, pp.131-49), para quem solidez não faria parte das qualidades primárias. Há, também, diversas discussões sobre o que significam qualidades primárias e secundárias para Locke, procurando evidenciar como as leituras de Berkeley e de Hume partem de uma compreensão equivocada desta distinção. Sobretudo as interpretações atomistas afirmam que Locke não assume que qualidades primárias existam de modo semelhante nos objetos, mas sim que elas seriam as qualidades sem as quais o corpo não pode ser pensado ou qualidades pertencentes aos menores átomos de matéria, o que faria que muitas das críticas de Berkeley se tornassem sem sentido, principalmente aquelas segundo as quais, assim como as qualidades secundárias, qualidades primárias também sofrem variação de acordo com situações diversas no sujeito. Sobre isso, ver, por exemplo: BENNETT (1973, pp.112-22) e ALEXANDER (1995). O que procuramos, nesse texto, entretanto, é compreender o argumento humeano e suas conseqüências para a problemática da crença na matéria, sem nos posicionarmos em relação à fidelidade ou não da exposição de Hume e Berkeley em relação à filosofia lockeana. Para uma crítica às leituras atomistas e, sobretudo, à interpretação de Bennett, ver WILSON M (1992).

acerca de existências reais, ou seja, de existências as quais não são meras percepções, por meio das qualidades primárias, o que significaria dizer que por meio delas seria possível sustentar um conceito coerente de matéria. O próprio mundo objetivo teria sua organização baseada nessas qualidades e nas suas modificações e interações, ou seja, todas as operações dos objetos externos acabariam sendo explicadas por meio das qualidades primárias.

Com efeito, o que se procura evidenciar, mais extensamente no *Tratado*, é uma incompatibilidade entre a sustentação da realidade das qualidades primárias em contraposição à sustentação da idealidade das qualidades secundárias. Essa incompatibilidade será defendida, neste texto, com base na posição de que o modo como as idéias das qualidades primárias são formadas implica a concepção de qualidades secundárias. O entendimento da filosofia humeana será que mostrando a dependência da idéia de qualidades primárias em relação às idéias de qualidades secundárias é possível afirmar a existência apenas mental de todas as qualidades ou a aniquilação das existências contínuas e independente: “Afirmo que, tentando explicar as operações dos objetos externos dessa forma, aniquilamos completamente esses objetos e ficamos reduzidos às opiniões do mais extravagante ceticismo em relação a eles” (HUME.1978. pp.227-8)

O argumento segundo o qual não concebemos qualidades primárias sem as secundárias segue as idéias apresentadas por Berkeley, conforme já afirmamos. Da mesma forma, implicitamente ele envolve uma posição fundamental da filosofia berkeleyana, a qual Hume recepciona em seus textos, a saber, a recusa da teoria das idéias abstratas. É a afirmação de que as idéias devem sempre ser particulares e determinadas em sua concepção, ainda que possam ser gerais em sua significação, o “pano de fundo” da conclusão de que a concepção das qualidades primárias envolve as secundárias. Não apenas no caso da idéia de extensão, mas também com relação a todas as qualidades primárias analisadas, a concepção envolverá uma idéia particular que, por sua vez, envolverá qualidades sensíveis⁴. Não é por outro motivo que a estratégia humeana para se contrapor à filosofia moderna é ir, passo a passo, questionando a formação de cada uma das idéias, vinculan-

do-as à idéia de corpo.

Prioritariamente, Hume se dedicará à análise das idéias de extensão e de solidez, à medida que, em sua opinião, todas as qualidades primárias se reduziriam a essas noções e suas modificações (HUME.1978, p.227). Mesmo a idéia de movimento, uma das qualidades primárias “em que mais se insistiria” (idem, p.228), seria uma modificação dessas idéias. Isso porque a filosofia humeana parece assumir que tão somente a idéia de movimento relativo é concebível, portanto, que a idéia de movimento é, em sua concepção, a idéia de corpo movido: “a idéia de movimento necessariamente supõe a de um corpo que se move” (ibidem). A idéia de movimento é formada através da idéia de um corpo que se move e por essa razão a realidade dessa noção pressupõe a realidade daquilo a que sua concepção está vinculada. É por isso que o problema se volta para a idéia de corpo, ou melhor, para as noções exigidas para se assegurar a realidade dessa idéia: “Agora o que é nossa idéia de corpo movido, sem a qual o movimento é incompreensível? Ela precisa resolver-se na idéia de extensão ou de solidez; e conseqüentemente a realidade do movimento depende da realidade dessas qualidades” (ibidem). Pensar a solidez e a extensão como qualidades que possuem arquétipo nos objetos, portanto, acaba sendo fundamental para pensar a realidade das qualidades primárias.

Para evidenciar que a idéia de extensão, por si só, não permite a atribuição de realidade às qualidades primárias, Hume repetirá alguns dos argumentos já desenvolvidos na Segunda Parte, do Livro I, do Tratado. Se o movimento pressuporia a idéia de corpo, a concepção da idéia de extensão implicaria a concepção de partes sólidas ou coloridas. Hume, seguindo Berkeley, defende a posição da existência de um espaço apenas fenomênico ou relativo, dependente da percepção de pontos coloridos e/ou sólidos. Assim como a filosofia berkeleyana, a filosofia humeana, portanto, faz a con-

⁴Embora só no caso da extensão a recusa das idéias abstratas seja mencionada explicitamente por Hume, que atribui o argumento a Berkeley.(HUME.1975. pp.154-5 e 155n).

cepção da idéia de extensão supor necessariamente a concepção de outras qualidades.

Nas seções em que analisa a idéia de tempo e espaço, Hume defende a indivisibilidade infinita da extensão, sendo essa posição que lhe faz compreender a idéia de extensão como uma idéia composta. Segundo esse autor, para que tal idéia seja inteligível é preciso a mente concebê-la como composta por pontos indivisíveis. Pensar a realidade da idéia de extensão envolveria, nesse sentido, pensar a realidade desses pontos indivisíveis que a comporiam. Por sua vez, afirma Hume, a realidade desses pontos exigiria que os mesmos fossem concebidos como sólidos ou coloridos⁵. Nesse sentido, a extensão seria uma idéia composta de idéias simples, as quais seriam as idéias de pontos dotados de cor e solidez⁶. Como a realidade de uma idéia composta depende da realidade das idéias que a compõem, a realidade da extensão dependeria da realidade da cor e solidez.

Tendo em vista que a filosofia moderna parte do princípio de que a cor possui apenas existência descontínua e dependente (ou seja, existe apenas enquanto percepção), restaria buscar a realidade da extensão na realida-

⁵Para uma melhor compreensão do argumento humeano, ver Tratado. I.ii. 1-2. A necessidade de que esses pontos sejam coloridos e sólidos é decorrente da posição desse autor acerca dos pontos matemáticos (HUME.1978. p.40). Para ele, pontos sem qualidades sensíveis, também chamados de pontos matemáticos, seriam não- entidades. No entanto, para que exista a idéia de extensão (e segundo Hume é fato que a idéia de extensão existe), é necessário que esses pontos sejam existentes (existentes pelo menos como impressão e idéia, que é uma realidade diferente da realidade discutida na questão das qualidades primárias e secundárias). Portanto, esses pontos devem ser coloridos e sólidos. Em outras palavras, não só a origem da idéia seria dependente de impressões de qualidades sensíveis, mas também a própria idéia concebida.

⁶É preciso destacar que no contexto da discussão das idéias de espaço e tempo Hume estabelece uma diferença entre idéia de corpo extenso e idéia de extensão. A idéia de corpo extenso seria a idéia de pontos coloridos e sólidos, ou seja, a idéia que na discussão sobre a filosofia moderna é apresentada como idéia de extensão. A idéia de extensão, por sua vez, seria a idéia geral de extensão, mais precisamente, a idéia do modo como os pontos coloridos e sólidos aparecem, formada por um processo de comparação entre corpos extensos, que retém os elementos semelhantes existentes entre esses objetos comparados (HUME.1978. p.34). Tendo em vista a posição de Hume quanto às idéias abstratas (cf. HUME.1978, pp.26-33), tratar-se-ia de uma idéia que envolveria a idéia de corpo extenso, portanto, que dependeria das idéias de cor e solidez, das quais dependeria as idéias de corpo extenso.

de da solidez. Disso resultará que não só a realidade da idéia de extensão acaba dependendo da possibilidade de se atribuir realidade à solidez, mas também a idéia de corpo, pois esta se apresenta como a última qualidade primária que poderia assegurar a sua existência. Novamente, para se evidenciar como do princípio identificado como o princípio base da filosofia moderna se segue uma “aniquilação dos objetos externos” será parte de sua argumentação refutar que a solidez possa ser considerada uma idéia independente das qualidades sensíveis, o que partirá da própria definição dada por Hume à mesma: “dois objetos que, sendo impelidos por uma força, não penetram um no outro, mas continuam a manter uma existência separada e distinta” (HUME.1978. p.228). Ou seja, solidez é, para esse autor, a idéia de impenetrabilidade ou impossibilidade de aniquilação, o que faz ela só poder ser pensada em relação ao conceito de corpo: “Solidez é, portanto, totalmente incompreensível sozinha e sem a concepção de alguns corpos, que são sólidos e mantêm esta existência distinta e separada. Agora, que idéia temos desses corpos?”. (ibidem). Se a realidade da noção de corpo depende da própria solidez, e se essa dependeria da idéia de corpo, estaria formado um círculo vicioso, afirma Hume.

O que esse autor sustenta, no fundo, é que a idéia de solidez, a qual representa uma relação entre outras idéias, é também composta. Ele nega que a idéia de solidez seja cópia de impressões táteis, justamente argumentando que a idéia de solidez deve ser formada por impressões complexas, mais especificamente, a impressão de dois corpos que, sendo impelidos por uma força, não se aniquilam (HUME.1978. p.231). Como Hume define a solidez como a idéia de impenetrabilidade, de certa forma mostra que ela não pode ser compreendida como uma qualidade sensível da matéria, posição nítida na seguinte passagem:

²Algumas posições relativistas e pragmatistas contemporâneas também se associam a prescrições terapêuticas.

“Suponhamos dois casos, o de um homem, que pressiona uma pedra, ou qualquer corpo sólido, com sua mão, e o de duas pedras, que pressionam uma a outra; todos concordariam imediatamente que esses dois casos não são semelhantes em todos os aspectos, pois no primeiro um sentimento (*feeling*) ou sensação está conjugado com a solidez, o que não acontece no segundo caso. Para fazer esses dois casos se assemelharem é necessário remover alguma parte da impressão, que o homem sente em sua mão, ou órgão de sensação; e isso sendo impossível em uma impressão simples, nos obriga a eliminar a impressão inteira, e prova que esta não possui arquétipo ou modelo nos objetos externos”(HUME.1978. p.231).

A realidade da solidez, nesse sentido, dependeria da realidade das idéias que a compõem, a saber, as idéias de corpo ou extensão, cuja realidade, por sua vez, com a exclusão da cor como qualidade real, dependia da solidez. Assim, seguir-se-ia que também a solidez não poderia ser considerada real. Isso permite a Hume apresentar o seguinte problema: “Agora a dificuldade permanece, como formar a idéia desse objeto ou existência, sem recurso às qualidades secundárias e sensíveis” (HUME.1978. p.230). Como a idéia de extensão dependia da solidez, Hume conclui que a filosofia moderna não oferece “nenhuma idéia justa nem satisfatória de solidez, e, em consequência, de matéria” (idem, p.229). A pretensão da filosofia moderna de oferecer uma noção de matéria, ou, ainda, explicar as operações dos objetos por meio das qualidades primárias, torna-se insustentável, à medida que a solidez não pode ser pensada sem a noção de corpo e essa é totalmente ideal se a cor existir apenas na mente.

A estratégia humeana, nesse sentido, é mostrar como extensão e solidez são, no fundo, relações, o que decorre de sua adesão à crítica de Berkeley à teoria das idéias abstratas. Segundo Hume, a idéia de extensão é a idéia de pontos sólidos e coloridos, em contigüidade, e a solidez a idéia de uma relação de não aniquilação entre corpos. Não só o modo pelo qual se adquire as qualidades primárias seria dependente das qualidades secundárias,

como admitiria Locke, mas também suas próprias idéias, que seriam idéias de relações entre qualidades secundárias. É por isso que, em virtude do princípio moderno de que qualidades secundárias seriam existências ideais, seguir-se-ia a idealidade de todas as qualidades concebíveis. Aquilo que chamamos de extensão, solidez, movimento e suas modificações, portanto correspondente às idéias que formamos das “qualidades primárias”, não seriam senão qualidades que existem apenas na mente. Como é resumido, na *Investigação*, em que a análise sobre a concepção das qualidades primárias se estabelece com base na idéia de extensão:

“É universalmente admitido pelos investigadores modernos que todas as qualidades sensíveis dos objetos, como duro, macio, quente, frio, branco, preto, etc., são meramente secundárias e não existem nos próprios objetos, mas são percepções da mente, sem um arquétipo ou modelo externo, que elas representam. Se isso é admitido em relação às qualidades secundárias, também deve ser admitido sobre as supostas qualidades primárias da extensão e da solidez, nem podem as segundas ter mais direito a essa denominação que as primeiras. A idéia de extensão é totalmente adquirida pelos sentidos da visão e do tato; e se todas as qualidades percebidas pelos sentidos existem na mente, não no objeto, a mesma conclusão deve seguir para a idéia de extensão, que é completamente dependente das idéias sensíveis ou idéias de qualidades secundárias. Nada pode nos salvar dessa conclusão, senão a afirmação de que qualidades primárias são obtidas por *Abstração*, uma opinião que, se examinamos com cuidado, consideramos ininteligível e mesmo absurda (...)” (HUME.1975.p.154)

Como em virtude da posição de acordo com a qual da idealidade das qualidades secundárias segue-se a idealidade de todas as qualidades o sistema moderno acerca dos corpos teria um efeito contrário às suas próprias pretensões. Por meio desse sistema, chegar-se-ia à conclusão de que não há nada existente mesmo quando não percebido e com independência em relação à mente. Como afirma o *Tratado*:

“Há uma direta e total oposição entre nossa razão e nossos sentidos; ou falando mais especificamente, entre aquelas conclusões que formamos de causas e efeitos, e as que nos persuadem da existência contínua e independente dos corpos. Quando raciocinamos com base na causa e efeito, concluimos que nem cor, sons, gosto ou cheiro, tem uma existência contínua e independente. Quando excluimos essas qualidades sensíveis então não resta nada no universo que possua tal existência (HUME.1978.p.231)

Ou, ainda, como é exposto na *Investigação*:

“Retirando da matéria todas as suas qualidades inteligíveis, tanto primárias como secundárias, você de certo modo a aniquila, e preserva apenas um incognoscível e inexplicável *algo*, como causa das nossas percepções; uma noção tão imperfeita, que nem mesmo um cético pensaria em objeto-la” (HUME.1975.p.155).

Assim, em decorrência do seu princípio segundo o qual qualidades secundárias não existem nos objetos externos, o sistema moderno os aniquilaria, ainda que, como é dito nas *Investigações*, restasse a noção de um algo que causa as percepções. Como Berkeley, ele parece entender que a noção de um algo que não pode ser dotado de nenhuma qualidade inteligível é sem sentido e, portanto, não é uma noção adequada de objeto⁷. Hume analisa a questão da crença nos corpos por meio das noções de continuidade e distinção. Para ele, são essas as noções inteligíveis, consistindo a crença nos corpos na crença nessas noções. Aqui ele mostra que considerando qualidades secundárias como descontínuas e dependentes segue-se a descontinuidade e dependência de tudo que existe. Dessa forma, como a noção de objetividade é, para ele, a de continuidade e distinção, a decorrência da conclusão de que qualidades secundárias existem apenas na mente é a aniquilação dos objetos. Sobretudo considerando que a crença em existências contínuas e distintas, na filosofia humeana, só pode ser explicada pela atribuição dessas qualidades às percepções, por meio do princípio base da

filosofia moderna contrariar-se-ia a crença nos corpos.

Mas, é preciso perceber que o que está em jogo, em Hume, não é apenas a crítica a uma corrente específica da filosofia, mas sim à própria razão. Embora ele não justifique completamente as premissas do argumento da filosofia moderna, ou não as compatibilize explicitamente com a sua própria filosofia, o modo como o caracteriza mostra que esse autor entende que a “subjetividade” das qualidades primárias é uma consequência inevitável da reflexão. Na conclusão do primeiro livro do Tratado, ele identifica essa conclusão, mencionada em nota de rodapé, como derivada de um raciocínio correto e regular⁸, o qual conflita com os princípios da imaginação: “é-nos impossível raciocinar de maneira correta e regular, a partir de causas e efeitos, e, ao mesmo tempo, acreditar na existência da matéria. Como nós conciliaremos tais princípios? Qual deles preferiremos?”(HUME.1978. p.266). O que está em questão nesse conflito é justamente a conclusão, nas palavras de Hume, consequência da relação de causa e efeito, resumida ao final da seção sobre a filosofia moderna. Para recordarmos:

“Assim, há uma oposição direta entre nossa razão e nossos sentidos; ou, mais propriamente falando, entre as conclusões que formamos a partir da causa e efeito e as que nos persuadem da existência contínua e independen-

⁸É o fato de Hume afirmar que a conclusão de que só resta um algo como causa das percepções representa a aniquilação dos objetos que faz STRAWSON (1996, pp.59 e 68) considerar que há, nesse autor, um basic realism. Na sua opinião, essa passagem das Investigações mostraria que a filosofia humeana só caracteriza como objetos existências espaciais. Segundo esse comentador, essa passagem deixa claro que Hume não nega que é possível inferir a existência de algo contínuo e distinto como causa das percepções, mas sim que possamos chamar essa existência inextensa a ser inferida de objeto. Concordamos com Strawson em alguma medida. Em Berkeley, por exemplo, ser composta por qualidades primárias seria uma exigência para que a causa das percepções pudesse ser chamada de matéria. É difícil precisar a posição humeana em relação ao assunto. Cabe-nos reconhecer, no entanto, que a questão fundamental da passagem é que a matéria, como a noção de uma causa, seria, para ele, ininteligível. O problema da causa não possuir nenhuma qualidade concebível é tornar a matéria ininteligível, o que indica que, para Hume, a inteligibilidade da matéria exige que ela possua alguma qualidade sensível. Discordamos de Strawson em relação ao fato de que só a extensão seria essa possível qualidade.

te dos corpos. *Quando raciocinamos com base na causa e efeito*, concluímos que, nem cor, sons, gosto ou cheiro, tem uma existência contínua e independente. Quando excluimos essas qualidades sensíveis, não resta nada no universo que possua tal existência” (HUME.1978.p.231- *italico nosso*).

Contudo, não se pode deixar de observar que afirmar que a razão nos faz concluir que as qualidades secundárias e primárias existem apenas na mente não significa a negação completa da crença nos corpos ou da crença em que, sobretudo, qualidades secundárias existem nos próprios objetos. Ao contrário, é plenamente aceitável que Hume, para quem a verdadeira filosofia se aproxima do vulgo, deva concluir que qualidades secundárias existem no objeto⁹. Isso não implica, no entanto, que ele considere a opinião da filosofia moderna, nesse tocante, equivocada do ponto de vista da razão, ou que, ao afirmar a idealidade das qualidades como um princípio de razão, ignore-se o que ele entende por verdadeira filosofia. Apenas significa dizer que para a filosofia humeana a idéia de que qualidades secundárias

⁸Assim, embora concordemos com GARRETT (1997, pp.218-9), segundo o qual pode haver uma aplicação incorreta das premissas envolvidas no argumento pertinente às qualidades secundárias, que faria com que o argumento causal originasse uma conclusão falsa, não concordamos que seja dessa forma que Hume veja a questão. Para Garrett, a aplicação incorreta consistiria na conclusão de que, tendo em vista que dos mesmos efeitos se presumiriam as mesmas causas, todas as impressões de qualidades secundárias não possuiriam arquétipo no objeto. Segundo ele, Hume concordaria com a premissa de que de efeitos semelhantes se presumiriam causas semelhantes, mas discordaria de que essas causas semelhantes são o fato de não possuírem arquétipo no objeto. Isso faria com que o princípio da filosofia moderna fosse considerado falso, ainda que as premissas fossem compatíveis com as idéias humeanas. (p.218) Em nossa opinião, Hume, ao afirmar que há um raciocínio correto e regular nesse caso, exclui essa possibilidade, ao contrário da opinião de Garrett (p.219). Não vemos porque Hume a consideraria correta e regular, porém falsa, sem deixar clara essa falsidade ou ainda porque ele acrescentaria que é um raciocínio correto e regular sem querer apontar com isso uma aplicação perfeita da causalidade.

⁹Nesse sentido, ver YOLTON (1990, p. 152) e PITSON (1982, p.135). Na seção ii, da quarta parte do *Tratado*, Hume aponta a diferença entre o pensamento vulgar e a filosofia com relação à opinião de que qualidades secundárias não têm existência contínua e distinta. Na seção iii, Hume afirma: “a verdadeira filosofia se aproxima mais dos sentimentos do vulgo que daqueles de um conhecimento equivocado” (HUME.1978, pp. 222-223).

existem nos corpos ou de que há qualidades nos corpos, é contrária à razão. Se o vulgo entende que qualidades secundárias existem nos objetos é por uma atuação da imaginação, a qual distingue qualidades existentes nos corpos (primárias e secundárias) e meras percepções (dores e prazeres corporais). À verdadeira filosofia cabe reconhecer essa origem:

“Ora, é evidente que, qualquer que seja nossa opinião filosófica, cores, sons, quente e frio, tais como aparecem aos sentidos, existem da mesma maneira que o movimento e solidez, e que as diferenças que fazemos entre eles nesse respeito não surge da mera percepção. (...). É também evidente que as cores, os sons, etc, estão originalmente em pé de igualdade com a dor resultante de uma lâmina que nos corta e o prazer produzido pelo calor de uma lareira; e que a diferença entre eles não se funda nem na percepção, nem na razão, mas na imaginação. Pois como se reconhece que tanto aqueles como estes são apenas percepções derivadas das configurações e movimentos particulares das partes do corpo, em que poderia consistir sua diferença?” (HUME,1978.p.192-193- grifo nosso)

Hume aponta a impossibilidade de se justificar, na razão, a diferença estabelecida entre impressões que seriam “meras percepções” e impressões que, para o vulgo, seriam contínuas e distintas. No caso das qualidades secundárias, se o vulgo considera que elas são contínuas e distintas, ao contrário das dores e prazeres, é por uma atuação da imaginação e não da razão. Isso porque, como fica claro na exposição sobre a filosofia moderna, a razão não causaria a opinião de que qualidades secundárias são contínuas e distintas, pois por meio dela se obteria a conclusão contrária. Pela causa e efeito conclui-se que qualidades secundárias existem apenas na mente, portanto, são existências descontínuas e dependentes. Se o vulgo considera que qualidades secundárias são contínuas e distintas, é porque a imaginação origina a atribuição dessas características às qualidades sensíveis. Assim como em outros momentos dos seus textos, portanto, a aproximação de Hume com a opinião vulgar não se dá pelo fato dele considerá-la verdadei-

ra. O que ele faz é mostrar a influência do sistema vulgar e sua precedência sobre os sistemas racionais.

É interessante destacar, ademais, que a seção, no Tratado, sobre a filosofia moderna, inicia-se com a distinção entre princípios permanentes, irresistíveis e universais da imaginação – os pertinentes à relação de causa e efeito – e princípios variáveis, fracos e irregulares da imaginação – os que originariam noções utilizadas pela filosofia antiga, como substância e acidente¹⁰. Segundo Hume, a filosofia moderna pretenderia “resultar exclusivamente de princípios sólidos, permanentes e consistentes da imaginação” (HUME.1978. p.226). A seção dedica-se a investigar o fundamento de tal pretensão. Sua exposição consiste principalmente na defesa de que, partindo-se do princípio de que qualidades secundárias são apenas mentais, segue-se que todas as qualidades possuem essa natureza, ao contrário da conclusão da filosofia moderna, para quem qualidades primárias seriam objetivas. Hume apresenta o princípio moderno pertinente às qualidades secundárias como decorrente da causa e efeito, conforme sustentamos. Portanto, esse princípio seria, de fato, fundado em princípios regulares da imaginação. O que não se funda nesses princípios, entretanto, é a objetividade das qualidades primárias, a qual não poderia ser consequência desse raciocínio causal. Nesse sentido, Hume parece evidenciar que, embora a pretensão da filosofia moderna seja apresentar um sistema totalmente ba-

¹⁰Para Hume, as noções de substância, acidente e qualidades ocultas, próprias da filosofia antiga, seriam produto de princípios irregulares da imaginação. Em sua opinião, como as qualidades que compõem nossa idéia de objeto são diferentes, portanto, podem ser separadas pela mente, não seria a razão que causaria a opinião de que elas são uma única coisa, invariável. Seriam determinadas tendências da imaginação, aliadas com uma forte relação existente entre as qualidades, que fariam a mente atribuir identidade e simplicidade a esse composto de qualidades. Entretanto, pela reflexão se constataria a variação das qualidades, ao longo do tempo, portanto se perceberia a diversidade das qualidades, situação contrária à identidade e à simplicidade. Para resolver a contradição entre as tendências da imaginação e a reflexão, a mente criaria a ficção da substância, um algo desconhecido que permaneceria o mesmo e que seria o princípio de união entre as qualidades, que passam a ser consideradas seus acidentes (HUME.1978. parte IV, seção III).

seado em princípios sólidos da imaginação, parte desse sistema não é originada por esses princípios, sendo provavelmente decorrente de princípios irregulares da mesma, ainda que essa derivação não seja explicitada nos textos, ao contrário dos textos pertinentes à filosofia antiga.

O anseio da filosofia moderna, de certa forma, é conferir alguma inteligibilidade ao “universo material”, além de justificar, por meio dessa inteligibilidade, a crença nos corpos. Segundo essa filosofia, no modo como ela é descrita por Hume, conceberíamos algumas qualidades reais dos objetos. Dessa forma, teríamos uma noção adequada de qualidades reais, ou seja, teríamos uma noção da realidade por intermédio da concepção das qualidades primárias. Qualidades primárias seriam existências contínuas e dependentes, noções, para a filosofia humeana, representantes da noção de existência externa. Sendo contínuas e independentes, e não existências ideais como as qualidades secundárias, qualidades primárias representariam qualidades dos objetos, que, ademais, seriam totalmente explicados como modificações dessas qualidades. Assim, existências externas seriam, embora indiretamente, concebíveis. O fato das qualidades primárias, tais como as concebemos, possuírem arquétipo nos objetos permitiria que, por meio da sua concepção, não só se inferisse a existência dos objetos externos, mas também que se possuísse um conhecimento da maioria das suas propriedades.

No entanto, Hume mostra como o sistema moderno, baseado na distinção entre qualidades secundárias e primárias e na conclusão decorrente do raciocínio causal sobre as qualidades, não confere inteligibilidade às existências externas nem oferece alguma noção da qual possa decorrer a crença nessas existências. A noção da continuidade e distinção dos objetos não pode ser salvaguardada pela distinção entre qualidades primárias e secundárias. Assim como a distinção entre substância e acidente da filosofia

³Minha abordagem da explicação realizada por uma teoria filosófica é em parte devedora das idéias de (NOZICK, 1981, p. 8-18).

antiga não decorreria da razão, a distinção entre qualidades primárias e secundárias não seria causada pela razão, a qual, ao contrário, concluiria que todas as qualidades são, num certo sentido, “secundárias”.

Portanto, as noções que Hume considerou inteligíveis de objetividade seriam eliminadas pelo sistema moderno. Tendo em vista que restaria a conclusão segundo a qual todas as qualidades são descontínuas e dependentes, a filosofia moderna não conseguiria apresentar um conceito adequado de matéria, porquanto não parece ser possível chamar de matéria existências descontínuas e dependentes. Como Hume não considera a noção de um algo que causa as percepções inteligível, a filosofia moderna tornaria a matéria ininteligível, o que representaria, para a filosofia humeana, a aniquilação dos corpos. Num certo sentido, ele mostra que a afirmação de que qualidades primárias são causadas por poderes nos objetos externos depende de que se infira a existência desses objetos, inferência, por sua vez, dependente da suposição de que impressões coerentes e constantes são contínuas e independentes, a qual entra em conflito com a conclusão de que qualidades secundárias só existem na mente. Não só não teríamos um conhecimento dos corpos, pretendido no sistema moderno pela postulação de um vínculo de representação entre qualidades primárias e objetos, mas, ao que nos parece, na filosofia humeana, caso tivéssemos que seguir o sistema moderno, não inferiríamos a sua existência, ou até mesmo, inferiríamos que eles não existem.

Considerando que o sistema moderno partiria do raciocínio causal sobre as qualidades, mais do que se evidenciar a impossibilidade de um período específico de apresentar alguma noção capaz de explicar a crença nos corpos, a análise humeana parece mostrar que tal impossibilidade é peculiar à razão como um todo. A pressuposição de que algumas qualidades possuem arquétipo nos objetos, portanto, representam qualidades dos objetos, não é baseada na razão, e, aliás, é contrária a ela. A única possibilidade de se conferir alguma inteligibilidade às existências externas e, nesse sentido, inferir a sua existência, é pela imaginação. A crença nos corpos, para a filosofia humeana, é contrária ao raciocínio causal sobre as quali-

dades e, num certo sentido, é decorrente de uma suposição falsa, a qual só pode ser formada pela imaginação. Diante da oposição entre as conclusões tomadas pela razão e pelas suposições formadas pela imaginação, ocorre a opção por um dos princípios contrários (cf. HUME.1978. p. 266) - sendo o critério de escolha entre um desses princípios não a sua verdade, mas sim um maior conforto da mente. Do ponto de vista da verdade, a opção de Hume parece ser pela razão, como vimos. Por isso, ele precisa defender a inteligibilidade da crença. É isso que ele faz argumentando, ao contrário de Berkeley, que a suposição da existência contínua das percepções é falsa, porém consistente, assunto cuja discussão deixaremos para outra oportunidade. Cabe-nos apenas destacar que, na filosofia humeana, haverá uma total modificação do modo pelo qual se qualificará a objetividade. Mesmo a crença nos corpos passará a ser interpretada como a crença na continuidade e distinção de certas percepções, interpretação essa que rompe totalmente com a tentativa de justificar a objetividade das percepções por meio de uma explicação causal, da qual a distinção entre qualidades primárias e secundárias é, conforme aponta o próprio Hume, um exemplo.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, Michel. (1975) *Ideas, Qualities and Corpuscles*. Londres: Cambridge University Press.
- BENNETT, Jonathan. (1971) *Locke, Berkeley Hume Central Themes*. Oxford: Clarendon Press
- BERKELEY, George (1998). *The Principles of Human Knowledge*. Jonathan Dancy. Oxford University Press.
- BERKELEY, George (1998) *Three Dialogues between Hylas and Philonous*. Jonathan Dancy. Oxford University Press.
- BOYLE, R. (1999). *The origin of forms and qualities*. In *The works of Robert Boyle*, v. 5. London: Pickering & Catto.
- CACHEL, Andrea (2005). *A Inteligibilidade da Existência Externa na Filosofia Humeana*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em Filosofia, UFPR.
- CACHEL, Andrea (2003) *Idéias gerais e Linguagem em Berkeley e Hume*. In *Cadernos PET-Filosofia*, n.5, pp. 25-36.
- CONTE, Jaimir (2000). *Berkeley e o Ceticismo*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em

Filosofia, UFSC

- GARRETT, Dom. (1997) *Cognition and Commitment in Hume's Philosophy*. Nova York: Oxford University Press
- HUME, David.(1978) *Treatise of Human Nature*. Selby-Bigge/P.H.Nidditch.2ed.Oxford: At The Clarendon Press,1978.
- HUME, David. (1975) *Enquiries concerning Human Understanding*. In Enquiries concerning Human Understanding and concerning the Principles of Moral. Selby-Bigge/P.H. Nidditch.3ed.Oxford:Clarendon Press, 1975.
- PITSON, A.E. (1982) *Hume on Primary and Secondary Qualities*. In Hume Studies, vol. VIII, n.2, pp.125-138.
- STRAWSON, Galen. (1996) *The Secret Connexion. Causation, Realism, and David Hume*. Oxford University Press, 1996.
- YOLTON, John W.(1990) *Perceptual Acquaintance from Descartes to Reid*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- WILSON, Margaret D. (1992). *History of Philosophy in Philosophy Today; and the Case of the Sensible Qualities*. In The Philosophical Review, vol.101, n.1, janeiro, p. 191-243.